



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

INDICAÇÃO Nº
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

IND 2840/2004

Em 21/09/04
Piauí

**Sugere ao Excelentíssimos Senhores
Presidente da República e Ministro de
Estado da Educação a implantação de
programa nacional de alimentação
escolar durante as férias escolares.**

**A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos
do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere aos Excelentíssimos Senhores
Presidente da República e Ministro de Estado da Educação a implantação
de programa nacional de alimentação escolar durante as férias escolares.**

JUSTIFICAÇÃO

PROTOCOLO LEGISLATIVO
IND Nº 2840/04
Fls. N.º 01 RITA

A Constituição Federal, em seu art. 208, VII, estabeleceu que o atendimento ao educando fosse realizado mediante programas destinados a suprir as necessidades alimentares do ensino fundamental.

Em função da má distribuição de renda observada em nosso País, verifica-se, principalmente nas camadas menos favorecidas de nossa sociedade, terríveis conseqüências resultantes da desnutrição e da

Assessoria de Plenário
Recebi em 16/09/04 às 17:10

Assinatura

miséria, resultando em raquitismo, marginalização de nossos jovens e baixo aproveitamento escolar.

Em razão disso, há necessidade de se oferecer ao aluno o acesso regular e continuado a uma alimentação satisfatória, sem interrupção, já que a fome não tira férias. A proposta vem ao encontro do programa “Fome Zero” do Governo Federal.

A faixa etária dos estudantes do ensino fundamental, que vai dos 7 aos 14 anos de idade, concentra o período onde o desenvolvimento mental, intelectual e físico é mais acentuado. É o período em que a criança e o adolescente mais necessitam de uma alimentação saudável, balanceada e rica em proteínas, vitaminas e sais minerais.

A deficiência nutricional nesse período acarreta sérias consequências ao organismo humano. Um estudante mal nutrido não consegue assimilar o conteúdo necessário ao seu aprendizado e acaba sendo alijado, desde cedo, do mercado de trabalho, tendo reduzidas suas chances de empregabilidade e de sucesso profissional, acabando, não raro, decaindo sua qualidade de vida e terminando no subemprego ou na marginalidade por falta das mínimas condições nutricionais.

Se o estudante não for tratado com o máximo de cuidado enquanto estiver na escola e ao alcance do poder público, não adiantará tentar resgatá-lo com programas sociais e de amparo a famílias carentes, que se verificam na maioria dos países.

Diante do exposto, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição e seu encaminhamento às autoridades máximas deste país.

Sala das Sessões, em de de 2004


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

cmp.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
IND. Nº 2840 / 04
Fls. N.º 02 RITA